****

**Publicado no D.O.C. São Paulo, 200, Ano 62 Terça-feira.**

**24 de Outubro de 2017**

**Gabinete do Prefeito, pág. 01**

**DECRETO Nº 57.947, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017**

*Dispõe sobre o horário de funcionamento*

*das unidades integrantes dos órgãos da*

*Administração Municipal Direta, das Autarquias*

*e das Fundações, o cumprimento das*

*jornadas de trabalho, o sistema de gestão*

*eletrônica de frequência e a compensação*

*da jornada dos servidores públicos.*

JOÃO DORIA, Prefeito do Município de São Paulo, no uso

das atribuições que lhe são conferidas por lei,

**D E C R E T A:**

**CAPÍTULO I**

**DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES**

Art. 1º Os horários de funcionamento das unidades integrantes

da Administração Municipal Direta e de atendimento ao

público serão, após prévia apreciação do Secretário Municipal

de Gestão, fixados em portaria expedida pelo titular do órgão

ao qual se vinculem.

§ 1º Os dirigentes máximos das Autarquias e Fundações

deverão editar ato correspondente dentro de suas esferas de

competência.

§ 2º Os horários de atendimento ao público serão afixados

em local visível e de fácil acesso aos cidadãos.

**CAPÍTULO II**

**DO CUMPRIMENTO DAS JORNADAS DE TRABALHO**

Art. 2º As jornadas ordinárias de trabalho dos servidores

dos órgãos da Administração Direta, das Autarquias e das

Fundações, excetuados os que se encontram submetidos, na

forma da lei, ao regime de plantão, deverão ser cumpridas

diariamente, respeitados os horários de funcionamento de suas

respectivas unidades de lotação.

§ 1º Caberá à chefia de cada unidade estabelecer a escala

de horários, distribuindo adequadamente a jornada dos servidores

ao longo de todo o horário de expediente, de modo a

assegurar a prestação ininterrupta dos serviços.

§ 2º Em casos excepcionais, devidamente justificados e

comprovados, bem assim a critério e sob a responsabilidade das

chefias imediata e mediata a que estiver subordinado o servidor,

a jornada de trabalho poderá ser cumprida em horários diversos

dos fixados neste artigo, mediante anuência do titular do

órgão da Administração Direta, da Autarquia ou da Fundação.

Art. 3º Os servidores submetidos a jornada de trabalho

igual ou superior a 8 (oito) horas diárias deverão observar o

intervalo mínimo de 1 (uma) hora diária para refeição.

Parágrafo único. Os intervalos para refeições não serão

computados na jornada de trabalho.

Art. 4º Os servidores sujeitos ao regime de plantão deverão

cumprir suas jornadas de trabalho de acordo com as escalas

fixadas pela autoridade competente no âmbito de cada órgão

da Administração Direta, Autarquia ou Fundação e respeitados

os horários de funcionamento de cada unidade.

Art. 5º Quando a natureza da atividade desempenhada

em determinado órgão ou unidade da Administração Direta

justifique parâmetros específicos, diversos dos fixados neste

decreto, a jornada de trabalho de parte ou da totalidade de

seus servidores será definida em portaria conjunta da Secretaria

Municipal de Gestão e da respectiva Pasta.

Parágrafo único. Caberá aos dirigentes máximos das Autarquias

e Fundações, na hipótese do “caput” deste artigo, editar

ato correspondente dentro de suas esferas de competência.

Art. 6º Excepcionalmente, poderá ser deferido ao servidor,

a critério da chefia imediata e mediante justificativa, a fixação

de horário diferente de início da jornada de trabalho em até 2

(dois) dias na semana, desde que respeitadas a carga horária

diária de trabalho e o horário de funcionamento do órgão ou

ente, bem como seja preservado o interesse público e o bom

andamento dos trabalhos da unidade.

Parágrafo único. As regras previstas no “caput” deste

artigo não se aplicam aos servidores submetidos ao regime de

plantão e às demais situações em que houver prejuízo ao atendimento

direto ao cidadão ou ao desenvolvimento das demais

atividades do órgão da Administração Direta, da Autarquia e da Fundação.

**CAPÍTULO III**

**DO CONTROLE DE FREQUÊNCIA DOS SERVIDORES**

Art. 7º O controle de frequência dos servidores da Administração

Direta, das Autarquias e das Fundações será realizado

por meio de sistema de gestão eletrônica de frequência.

§ 1º Em regra, a modalidade da gestão eletrônica de frequência

será na forma de biometria.

§ 2º Poderão ser instituídas, a requerimento e mediante

justificativa dos órgãos municipais interessados, novas formas

de gestão eletrônica de frequência diferentes da biométrico,

após análise e aprovação da Secretaria Municipal de Gestão.

§ 3º Constatados problemas técnicos para o registro eletrônico

de frequência, pelos motivos certificados pela chefia imediata

da unidade, o controle de frequência será realizado por

meio de registro idôneo, conforme orientações da Coordenadoria

de Gestão de Pessoas, da Secretaria Municipal de Gestão.

§ 4º O registro de ponto será feito, obrigatoriamente, pelo

próprio servidor, não podendo, sob qualquer hipótese, ser delegado

a outra pessoa, sob pena de responsabilidade.

Art. 8º Os servidores deverão registrar as entradas e saídas

diariamente e a cada turno.

Art. 9º Haverá uma tolerância de 15 (quinze) minutos nos

registros de entrada e saída.

Parágrafo único. Atrasos na entrada ou saídas antecipadas

superiores à tolerância referida no “caput” deste artigo serão

descontados da remuneração do dia, proporcional ou integralmente,

na forma da legislação em vigor, salvo se a compensação

for autorizada pela chefia imediata nos termos previstos no

Capítulo IV deste decreto.

Art. 10. Poderá ser autorizada, pela chefia imediata, a

entrada em atraso ou permitida, com dispensa do registro

de ponto, a saída temporária ou antecipada do servidor, para

atendimento a convocação, na forma da lei, para sindicâncias,

reuniões, atividades de formação, grupos de trabalho ou similares,

para cumprimento de serviços obrigatórios por lei ou para

serviço externo esporádico.

**CAPÍTULO IV**

**DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO**

Art. 11. O servidor poderá compensar, a critério da chefia imediata,

as entradas em atraso e saídas antecipadas, até o décimo

quinto dia do mês subsequente, observados os seguintes limites:

I - por dia: 5% (cinco por cento) de sua jornada semanal de trabalho;

II - por semana: 10% (dez por cento) de sua jornada semanal de trabalho.

§ 1º A compensação não se aplica aos servidores submetidos

ao regime de plantão.

§ 2º Permitida e efetivada a compensação, o servidor não

sofrerá quaisquer descontos em seus vencimentos, considerando-

se o tempo compensado para todos os efeitos legais.

§ 3º As horas de trabalho ou a realização de qualquer atividade sem a devida autorização da chefia não serão computadas para qualquer efeito.

§ 4º Os limites fixados no “caput” deste artigo não se

aplicam às regras estabelecidas nos decretos específicos de

declaração de pontos facultativos e de recessos compensados.

§ 5º As entradas em atraso ou saídas antecipadas, ocorridas

nos dez dias que antecederem o início das férias, licenças

ou afastamentos, poderão ser compensadas até o décimo quinto

dia do mês subsequente ao do retorno do servidor.

Art. 12. É vedada a constituição de saldo positivo de horas

para fins de compensação.

Parágrafo único. As horas excedentes verificadas em virtude

da permanência do servidor para além de sua jornada diária de

trabalho não poderão ser consideradas como suplementares ou prestação de qualquer tipo de serviço extraordinário, salvo quando decorrentes de convocações na forma da Lei nº 10.073, de 9 de junho de 1986.

Art. 13. A compensação de horas de trabalho, em qualquer

hipótese, deverá observar a inexistência de prejuízo para o serviço

e o bom andamento dos trabalhos da unidade.

Art. 14. As compensações não poderão ser realizadas no intervalo para repouso ou refeição, bem como em períodos de férias, licenças ou afastamentos.

Art. 15. Os atrasos ou saídas antecipadas que não forem devidamente compensados acarretarão os descontos devidos na forma da legislação vigente.

**CAPÍTULO V**

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 16. Incumbirá à Secretaria Municipal de Gestão editar

normas complementares à execução deste decreto, estabelecer

o cronograma de implantação do sistema de gestão eletrônica

de frequência para os órgãos integrantes da Administração

Direta e dirimir os casos omissos.

Art. 17. Até que seja efetivamente implantado o sistema

de gestão eletrônica de frequência, conforme vier a ser previsto

no cronograma referido no artigo 16 deste artigo, o controle

de frequência dos servidores vinculados a unidades ainda desprovidas

desse sistema continuará sendo processado na forma

estabelecida no Decreto nº 33.930, de 13 de janeiro de 1994.

Art. 18. Fica encerrado o projeto-piloto realizado na Prefeitura

Regional do Butantã, passando o registro de frequência de

seus servidores a ser regulado por este decreto.

Art. 19. As despesas com a execução deste decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 20. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 23 de

outubro de 2017, 464º da fundação de São Paulo.

JOÃO DORIA, PREFEITO

PAULO ANTONIO SPENCER UEBEL, Secretário Municipal de Gestão

ANDERSON POMINI, Secretário Municipal de Justiça

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO, Secretário do Governo Municipal

Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 23 de outubro de 2017.

**Secretarias, pág. 03**

**TRABALHO E EMPREENDEDORISMO**

**GABINETE DA SECRETÁRIA**

**DESPACHO DO CHEFE DE GABINETE**

**6064.2017/0000585-0**

SMTE e Opção Plural Administração de bens próprios.

Reembolso de Seguro Contra Incêndio - contrato de Locação

nº 024/SMTRAB/2005. I – No exercício da competência me

foi atribuída pela Portaria nº 038/2013-SDTE-GAB, à vista dos

elementos de convicção contidos no presente, especialmente a

manifestação da Supervisão de Execução Orçamentária e Financeira,

bem como o parecer da Assessoria Jurídica desta Pasta

que ora acolho, com fundamento no artigo 22, inciso VIII, da Lei

Federal nº 8.245/91 e na cláusula nona do Contrato de Locação

nº 024/SMTRAB/2005, atual SMTE, AUTORIZO o reembolso

do seguro para cobertura de incêndio conforme Apólice nº

5177201740180031399, referente ao imóvel comercial situado

na rua Voluntários da Pátria, nº 1.553, Bairro de Santana- São Paulo, onde está instalado o Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo – Cate – Unidade Santana, de propriedade da empresa OPÇÂO PLURAL administração de bens próprios, CNPJ nº 22.004.266/0001-45, no valor total de R$ 574,27 (quinhentos e setenta e quatro reais e vinte e sete centavos). II – Dessa

forma, AUTORIZO a emissão da respectiva nota de empenho,

onerando a dotação orçamentária: 30.10.11.334.3019.8.090.3.

3.90.39.00.00, do presente exercício financeiro

**COMITÊ DE CONSTRUÇÃO DO ESTÁDIO DA COPA**

**DO MUNDO DE FUTEBOL DE 2014**

**DESPACHOS DA SECRETÁRIA**

**2016-0.266.643-8**

No exercício da competência ao cargo atribuída, com base

nos elementos de convicção presentes, especialmente da informação

da Supervisão Geral de Administração e Finanças indicando

a existência, à época, de notas de reservas de recursos, bem como do parecer da assessoria jurídica desta Secretaria Municipal, convalido a autorização para o empenho realizado, saneando o despacho de fls. 305.

**2016-0.266.586-5**

No exercício da competência ao cargo atribuída, com base

nos elementos de convicção presentes, especialmente da informação

da Supervisão Geral de Administração e Finanças indicando

a existência, à época, de notas de reservas de recursos, bem como do parecer da assessoria jurídica desta Secretaria Municipal, convalido a autorização para o empenho realizado, saneando o despacho de fls. 227.

**2016-0.266.617-9**

No exercício da competência ao cargo atribuída, com base

nos elementos de convicção presentes, especialmente da informação

da Supervisão Geral de Administração e Finanças indicando

a existência, à época, de notas de reservas de recursos, bem como do parecer da assessoria jurídica desta Secretaria Municipal, convalido a autorização para o empenho realizado, saneando o despacho de fls. 214.

**2016-0.266.662-4**

No exercício da competência ao cargo atribuída, com base

nos elementos de convicção presentes, especialmente da informação

da Supervisão Geral de Administração e Finanças indicando

a existência, à época, de notas de reservas de recursos, bem como do parecer da assessoria jurídica desta Secretaria Municipal, convalido a autorização para o empenho realizado, saneando o despacho de fls. 231.

**2016-0.266.681-0**

No exercício da competência ao cargo atribuída, com base

nos elementos de convicção presentes, especialmente da informação

da Supervisão Geral de Administração e Finanças indicando

a existência, à época, de notas de reservas de recursos, bem como do parecer da assessoria jurídica desta Secretaria Municipal, convalido a autorização para o empenho realizado, saneando o despacho de fls. 234.

**Editais, pág. 40**

**GOVERNO MUNICIPAL**

**CONSELHO MUNICIPAL DEADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - COMAP**

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO**

**CONSELHO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – COMAP REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2017.**

Aos 23 dias de outubro de 2017, às 14h30 horas, sob a presidência

da Senhora Tarcila Peres Santos, SGM, realizou-se a 44ª

reunião Plenária Extraordinária do Conselho Municipal de Administração

Pública – COMAP, na sala de reuniões – quinto andar, da

Secretaria do Governo Municipal, estando presentes os seguintes

membros: Giulia da Cunha Fernandes Puttomatti, SMF, Fábio Teizo,

de SMG, Júlio Serson, de SMRI e Ivan Budinski de SERG.

O Conselho foi instituído pelo Decreto nº. 50.514/2009 e

posteriores alterações e os membros nomeados por meio da

seguinte portaria: Portaria 18, de 06 de janeiro de 2017.

Dado início a primeira reunião extraordinária, segue abaixo

resumo das deliberações:

1. Foram apreciadas as propostas de nomeações/designações

formalizadas pelas diversas Secretarias e obtiveram manifestação

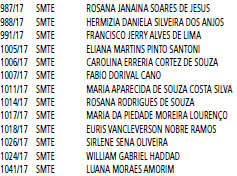
favorável ao prosseguimento, uma vez examinadas

as declarações apresentadas em atendimento ao Decreto n°

50.898/2009, com vistas a evitar situações que possam contrariar

o disposto da Súmula 13 do Supremo Tribunal Federal, bem

como, ao Decreto nº 53.177/2012:



**Licitações, pág. 94**

**TRABALHO E EMPREENDEDORISMO**

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

**DO 8110.2017/0000164-7**

INTERESSADO: FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO,

TECNOLOGIA E CULTURA / UNHA & COR LTDA - ME

ASSUNTO: Aquisição de Material Necessário para o curso

de maquiagem cênica no Centro de Formação Cultural Cidade

Tiradentes. Atraso na entrega. Multa contratual.

I – No uso das atribuições que me foram delegadas pela

Portaria 41/Fundação Paulistana/2017, nos termos do artigo

12 da Lei 16.115/2015, e com fulcro no artigo 54 do Decreto

44.279/2003, que regulamentou a Lei 13.278/2002 e art. 87 da

Lei 8.666/93, na manifestação conclusiva da Assessoria Jurídica

no Parecer FUNDATEC/AJ 5093742, a qual adoto como razão de

decidir, APLICO penalidade contratual a empresa UNHA & COR

LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº17.513.233/0002-71,

no montante de 5% (cinco por centro) sobre o valor total da

nota de empenho n.º 265/2017, por atraso na entrega do material,

totalizando o valor de R$ 347,25 (trezentos e quarenta e

sete reais e vinte e cinco centavos);

**DO PROCESSO 8110.2017/0000153-1**

I - À vista dos elementos constantes do presente, no uso

das atribuições a mim delegadas pela Portaria 41/Fundação

Paulistana/2017, e com fulcro nas Leis Federais n.º 8.666/1993

e 10.520/2002, na Lei Municipal 13.278/2002, nos Decretos

Municipais n.º 44.279/2003 e 46.662/2005 e manifestação

da Assessoria Técnico Jurídica desta Fundação (Parecer FUNDATEC/

AJ n.º 5095232), a qual adoto como razão de decidir,

HOMOLOGO o resultado do certame - Pregão Eletrônico n.º 22/

Fundação Paulistana/2017, no que tange aos lotes 01 - álcool

e outros e outros e 03 - vaselina e outros, para uso nas aulas

práticas de farmácia, para atender as necessidades da Escola

Técnica de Saúde Pública Prof. Makiguti , segundo o critério de

menor preço, conforme Ata de Realização do Pregão Eletrônico

(SEI n.º 5048461), no qual o pregoeiro ADJUDICOU à sociedade

empresária ARACA PROLAB PRODUTOS PARA LABORATORIOS

LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.879.401/0001 -14.,

pelo valor total de R$ 15.120,00 (quinze mil cento e vinte reais),

que deverá onerar a dotação orçamentária 80.10.12.363.3019.

2.881.3.3.90.30.00.00.

II - Em consequência, fica autorizada a emissão das competentes

notas de empenho, liquidação e pagamento para o presente exercício.

III - A fiscal de contrato será a servidora a Sra. Marly Junko

Kouhiro Menezes, RG 14.923.941-5, tendo como suplente o Sr.

Marcos Aurélio Ramos da Silva, RG 28.125.664-0

IV - Com fundamento nas Leis Federais nº 8.666/1993 e

10.520/2002, na Lei Municipal nº 13.278/2002 e nos Decretos

Municipais n° 43.406/2003, 44.279/2003, 46.662/2005,

54.102/2013 e 56.475/2015, Lei complementar 123/2006 com

as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 147/2014,

DECLARO DESERTA A LICITAÇÃO PARA O LOTE 02, glicerina e outros.

V - Por consequência, AUTORIZO a reabertura do certame

para o lote 03, com participação ampla, nos termos da minuta

de edital já utilizada anteriormente e acostada aos autos.

**Do processo 8110.2017/0000192-2**

INTERESSADO: FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO,

TECNOLOGIA E CULTURA

ASSUNTO: Aquisição de bolas para o curso PRONATEC

no Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes. Dispensa de

licitação. Ateste dos serviços com atraso. Notificação.

I – No uso das atribuições que me foram delegadas pela

Portaria 141/Fundação Paulistana/2017, nos termos do art. 57

do Decreto 44.279/2003, que regulamentou a Lei 13.278/2002

e art. 87 da Lei 8.666/93, NOTIFICO a empresa JOSE CARLOS

DA SILVEIRA JUNIOR - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº

04.944.581/0001-70, a apresentar defesa prévia, visto que se

encontra sujeita à aplicação de penalidade por atraso na entrega

de material, conforme nota n.º 285/2017.

II - Assim, em razão dos fatos apontados nos autos é o

presente para conceder a Vossas Senhorias o prazo de 5 (cinco)

dias úteis para a apresentação de defesa prévia.

III- Para efeito de apresentação de defesa prévia utilizar a

referência, Processo Administrativo nº 8110.2017/0000192-2, efetuando o protocolo na Av. São João, 473, 06º andar, sala 06, Centro, São Paulo/SP.

**Câmara Municipal, pág. 110**

**GABINETE DO PRESIDENTE**

**SECRETARIA DAS COMISSÕES - SGP-1**

**EQUIPE DA SECRETARIA DAS COMISSÕES DO**

**PROCESSO LEGISLATIVO – SGP.12**

**A COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**CONVIDA O PÚBLICO INTERESSADO A PARTICIPAR**

**DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS QUE ESTA COMISSÃO**

**REALIZARÁ TENDO COMO OBJETO OS**

**PROJETOS ABAIXO:**

PL 686/2017 - Executivo - que, “Estima a Receita e Fixa a

Despesa do Município de São Paulo para o Exercício de 2018”.

(Orçamento Municipal 2018)

PL 687/2017 - Executivo - que, “Dispõe sobre o Plano Plurianual

para o Quadriénio 2018-2021”. (PPA).

5ª Audiência Temática

1 - Secretaria Municipal de Educação

**2 - Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia**

3 - Secretaria de Esportes e Lazer

4 - Fundo de Esportes, Lazer e Recreação

Data: 06/11/2017

Horário: 10horas

Local: Salão Nobre João Brasil Vita, 8º andar

7ª Audiência Temática

**1 - Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo**

2 - SMADS

3 - Fundo de Assistência Social

4 – FUMCAD

5 - Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência

6 - Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania

7 - Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia

8 - Fundo Municipal do Idoso

Data: 09/11/2017

Horário: 10horas

Local: Salão Nobre João Brasil Vita, 8º andar